

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 11 / 2017

30 de maio de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 30 de maio de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

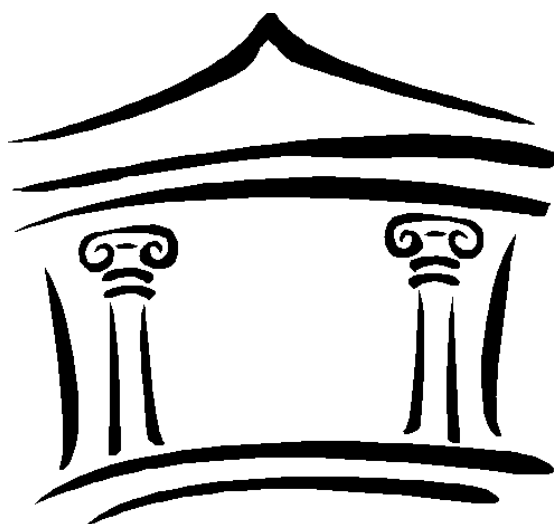
	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 17 de maio de 2016	
Voto de Congratulação	7
Retirada de Ponto da presente Ordem de Trabalhos	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
Livro “Escola Agrícola da Paiã. 1917-2017: 100 anos de história e memórias” - Preço	8
Acordo entre o Município de Odivelas e a SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.	8
Celebração de contrato de comodato entre o Município de Odivelas e a “Re-Food 4 Good - Associação”	9
Realização da iniciativa “Dia Mundial da Criança 2017”	11
Delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial do Sul	11
Termos de Referência da Unidade de Execução do Pólo Empresarial do Sul e o início do Período de Discussão Pública	12
Cedência de transporte municipal à Paróquia de S. Pedro de Caneças	13
Cedência de transporte municipal ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas	13
Aceitação de patrocínios e apoios institucionais no âmbito da 5.ª Edição do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas	13
Esquema Diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG-14, Zona dos Pedernais	14
Delimitação da Unidade de Execução Ferreira de Cima, Respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública	14
Alteração ao alvará de loteamento n.º 12/89, inserido no Bairro da Carochia, para o lote 13, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 484, da Rua Teófilo Braga, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 456, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 456, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	16
Decisões com Eficácia Externa	19



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 18 de maio de 2017	
Voto de Pesar	23
7.ª Modificação Orçamental, 1.ª Revisão Orçamental de 2017	23
Aquisição de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas, Novas peças do procedimento	24
Procedimento de desvinculação do Município de Odivelas enquanto associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste - Oeste Sustentável	25
Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas - Agrupamento de Entidades - Aumento de Despesa	25
Instituição do “Dia Municipal do Bombeiro”	25
Retirada do Ponto 6, aprovação das atas da assembleia municipal respeitantes ao ano de 2016, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	26



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 17 de maio de 2017

DELIBERAÇÕES

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VITÓRIA PORTUGUESA NO FESTIVAL DA EUROVISÃO DA CANÇÃO 2017

“No passado dia 13 de Maio de 2017 realizou-se em Kiev, na Ucrânia a final da edição de 2017 do Festival da Eurovisão da Canção, onde Portugal esteve representado pelo cantor Salvador Sobral, interpretando a música escrita pela sua irmã Luísa Sobral, “Amar pelos dois”, facto este que era normal no âmbito das 48 participações lusas anteriores.

No entanto a interpretação de Salvador Sobral foi muito tocante e revestida de uma espetacularidade tal, que deixou rendidos quer os membros dos júris de outros países participantes, quer o público que tinha a possibilidade de votar.

Com a música cantada em português, “Amar pelos dois”, Salvador Sobral alcançou pela primeira vez na história, o primeiro lugar no festival da eurovisão da canção, com a soma de 758 pontos, um grande feito para Portugal, para a língua Portuguesa e para Odivelas que se assume em 2017 como a capital da Lusofonia.

Esta vitória inédita de um cantor português trouxe mais prestígio e reconhecimento pela música portuguesa mas trouxe também para Portugal a organização da final do Festival da Eurovisão da Canção para o próximo ano de 2018.

A Câmara Municipal de Odivelas congratula-se assim por esta vitória de Salvador Sobral no festival da Eurovisão da Canção, e parabeniza-o pela excelente interpretação e pela coragem de se apresentar a concurso com uma música cantada em Português, pelo significado importantíssimo que tem para nós, a divulgação e expansão da música

portuguesa em particular e da cultura portuguesa de uma forma generalizada.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 17 de maio de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

RETIRADA DE PONTO

CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DAS GRANJAS NOVAS DE CIMA

Retirada do ponto referente ao “Processo n.º 110/DPUPE/SPDM – Proposta de Contrato de Urbanização da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima”, da ordem de trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 8.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 8.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de outubro de 2014.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 27 de outubro de 2014)

ATA DA 5.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 5.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 26 de junho de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 26 de junho de 2015)



CENTENÁRIO DA ESCOLA AGRÍCOLA D. DINIS

LIVRO “ESCOLA AGRÍCOLA DA PAIÃ. 1917-2017: 100 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIAS” FIXAÇÃO DE PREÇO

Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/4980, de 2017.05.05, a autorizar o preço a fixar pelo livro intitulado “Escola Agrícola da Paiã. 1917-2017: 100 anos de história e memórias”, no valor de €15,00 (quinze euros), com IVA incluído, para o dia do seu lançamento (11 de maio de 2017) e no valor de €19,00 (dezanove euros), com IVA incluído, para posterior venda ao público na Loja do Turismo, no Centro de Exposições e na Biblioteca Municipal D. Dinis, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4980, de 2017.05.05. Este livro foi editado por este Município de Odivelas, no âmbito das Comemorações do Centenário da Escola Profissional Agrícola D. Dinis, ainda de acordo com a referida informação.

(Aprovado por maioria)

ACORDO

RECOLHA E TRANSPORTE DE ÓLEOS USADOS

Acordo entre o Município de Odivelas e a SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., para recolha e transporte dos óleos usados, decorrentes da atividade do Município de Odivelas, livre de encargos, sempre que solicitado por esta Câmara Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4937, de 2017.05.05.

«ACORDO COM O PRODUTOR DE ÓLEO USADO (PROU) n.º 111602386

Sogilub - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., sociedade comercial por quotas, com sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2, Piso 6, Sala 4, Amoreiras, 1070-102 Lisboa, titular do número único de pessoa colectiva e identificação fiscal 507026594, neste acto devidamente representada pelo seu Director Executivo, Senhor Aníbal Vicente, com poderes para o acto, adiante designada por “SOGILUB”,

e

Município de Odivelas, sociedade comercial por quotas / sociedade anónima, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675 - 372 Odivelas, Odivelas, titular do número único de pessoa colectiva e de identificação fiscal 504293125, neste acto devidamente representada por Hugo Martins com poderes para o acto, adiante designada por PROU, ao qual foi atribuído dentro do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU) o número 111602386, e que tem as seguintes informações adicionais:

MORADA: Avenida das Oliveiras – Pav. Industrial (Pedernais)

2620 – 507 Ramada, Odivelas

TELEFONE: 219320472

CORREIO ELECTRÓNICO: silvia.custodio@cm-odivelas.pt

FAX:

CÓDIGO APA: APA00131123

É estabelecido o seguinte ACORDO:

A) Da SOGILUB

1. Compete à SOGILUB, promover a recolha e transporte de óleos usados, livre de encargos, sempre que solicitado pelo PROU.

2. Caso a quantidade envolvida pela solicitação do PROU seja igual ou superior a 400 litros, a SOGILUB deve garantir a recolha e transporte dos óleos usados no prazo máximo de 15 dias a contar da respectiva solicitação, com excepção de agendamento de prazo diferente de comum acordo e sem encargos para aquele.

3. A SOGILUB deve promover a recolha dos óleos usados enunciados no número 4 do subcapítulo 1.1 da Licença em qualquer circunstância, dando prioridade à protecção do ambiente, tendencialmente com encargos para o PROU nas situações em que não sejam respeitadas as especificações técnicas para a recolha de óleos usados aprovadas pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., em 30 de Abril de 2015 e disponíveis no portal electrónico desta entidade.

4. Compete à SOGILUB, recolher amostras dos óleos usados existentes para recolha e a proceder à sua análise sempre que se considere necessário.

5. Quando forem identificadas situações de não conformidade com as disposições legais aplicáveis no local de produção/recolha, nomeadamente as previstas no artigo 5.º e n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de julho, na sua redação atual, compete à SOGILUB informar as entidades oficiais em 24 horas.



B) Do PROU

1. No âmbito do SIGOU, o PROU é responsável pela correta armazenagem dos óleos usados no local de produção/recolha acima identificado, nos termos da legislação em vigor e boas práticas ambientais vigentes. É ainda responsável pela correcta identificação dos resíduos, fazendo-lhes corresponder os códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER), definidos na Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março.

2. O PROU compromete-se a não misturar nos óleos lubrificantes usados quaisquer outros produtos. Os depósitos e locais de armazenagem dos óleos usados terão de permitir a sua recolha por aspiração para o camião cisterna em condições de segurança.

3. Nos casos em que sejam identificadas situações de não conformidade com as disposições legais aplicáveis no local de produção/recolha, é da total responsabilidade do PROU, o encaminhamento para destino final dos resíduos, bem como os custos associados à sua gestão adequada nos termos da legislação em vigor, devendo a decisão acerca do encaminhamento para destino final adequado ser tomada em conjunto com a SOGILUB.

4. De forma a agilizar e fomentar o processo de recolha e a facilitar a acção das entidades fiscalizadoras, compete ao PROU contactar o operador de gestão de resíduos contratado pela SOGILUB, devendo identificar todas as suas necessidades respeitantes à recolha e transporte de óleos usados.

5. O PROU deve solicitar a recolha e transporte de óleos usados através dos seguintes meios:

Tel: 214459420

Fax: 214459429

Correio Electrónico: ferreira.filhos@net.novis.pt

quarta-feira, 19 de Abril de 2017

Pela SOGILUB

Pelo PrOU»

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE COMODATO

RE-FOOD 4 GOOD

Celebração de contrato de comodato entre o Município de Odivelas e a “Re-Food 4 Good - Associação”, tendo em vista a cedência de instalações municipais, sitas na Rua António Aleixo, n.º 3, r/c, Bairro da Codivel, freguesia de Odivelas, para a implantação do “Centro de Operações” do núcleo de Odivelas da referida Associação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/5037, de 2017.05.09.

“Contrato de Comodato N.º 03/GGPAG/2017

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, Pessoa Coletiva com o n.º 504 293 125, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Manuel dos Santos Martins, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 10774489 9ZY5, válido até 08 de abril de 2019, natural da Freguesia de Póvoa de Santo Adrião, Concelho de Odivelas, com domicílio profissional na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Odivelas, adiante designado por Comodante,

E

RE-FOOD 4 GOOD – ASSOCIAÇÃO (IPSS), com sede na Av. João Crisóstomo, 71 – 3º Andar Esquerdo, 1050 - 126 Lisboa, Pessoa Coletiva com o n.º 510 230 881, representada neste ato pelo senhor Hunter Halder, na qualidade de Presidente da Direção, portador do Título de Residência n.º R07211S91, válido até 20/09/2017, e pela senhora Paula Alexandra Vieira Garcia, na qualidade de Tesoureira, natural da Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras, residente na Av. João Crisóstomo, 71 – 3º Andar Esquerdo, 1050 – 126 Lisboa, portadora do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 10766890 4ZX7, válido até 05 de setembro de 2018, Contribuinte Fiscal n.º 212 355 244, adiante designada por Comodatária,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2017, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Comodante é proprietário e legítimo possuidor da fração autónoma designada pela letra “B”, correspondente a uma loja no R/c situado no piso 0, com arrecadação na



cave no piso 02, sita no Largo António Aleixo, n.º 3, 2675-227 Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 00809 da Freguesia de Odivelas, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 8508-B da mesma Freguesia, com o valor patrimonial de € 62.480,00 (sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta euros).

Cláusula 2ª

Pelo presente contrato é comodatada a fração identificada na Cláusula 1ª, destinando-se esta, única e exclusivamente, à prossecução das atribuições da Comodatária.

Cláusula 3ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por iguais períodos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo.

Cláusula 4ª

A Comodatária não poderá ceder a terceiros o uso da fração objeto do presente contrato sem autorização expressa do Comodante.

Cláusula 5ª

1 – A Comodatária poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina a fração comodatada, nomeadamente:

- Remover e/ou colocar novas paredes em pladur;
- Instalar uma zona para lavagem de loiças;
- Alterar e/ou substituir a instalação elétrica existente;
- Alterar e/ou substituir a canalização existente;
- Colocar azulejo nas paredes;
- Recuperar e/ou substituir o chão existente;
- Proceder a pintura na fração comodatada.

2 – As obras referidas no número anterior ficarão a cargo e a expensas próprias da Comodatária.

3 – Todas as despesas que resultem da realização das obras de que a fração carece, com elas conexas ou com a sua execução, constituirão responsabilidade da Comodatária.

4 – Quaisquer outras obras para além das descritas nos números anteriores dependem de prévia autorização, por escrito, do Comodante, com exceção de obras de mera reparação e conservação.

5 – Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Comodatária obriga-se a proceder às obras de reparação e conservação da fração comodatada.

Cláusula 6ª

1 - As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água e eletricidade, serão suportadas pelo Comodante, apenas durante o primeiro ano de comodato, ficando em seu nome os respetivos contratos, passando a Comodatária, findo o aludido prazo, a ser responsável pelas mesmas, devendo proceder à respetiva alteração da sua titularidade.

2 – As despesas relativas a limpeza, eventuais seguros de recheio, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade da Comodatária.

Cláusula 7ª

1 – Findo o contrato, a fração comodatada será restituída em bom estado de conservação ao Comodante e sem direito a qualquer indemnização da Comodatária pelas obras, por esta, realizadas.

2 – A Comodatária poderá levantar as benfeitorias apenas no caso de não provocar detrimento do imóvel, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 8ª

1 – O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de direito, não obstante o Comodante poderá resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 – Considera-se justa causa, designadamente, a utilização da fração comodatada para fins estranhos aos consagrados nas atribuições da Comodatária.

3 – É considerada condição resolutiva a cessação do uso da fração por parte da Comodatária.

4 – Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso da fração comodatada, a não utilização das suas instalações, nos termos estabelecidos no presente contrato, por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 9ª

1 – Quaisquer notificações ou comunicações feitas nos termos do presente contrato considerar-se-ão validamente feitas por correio eletrónico com recibo de leitura, ou correio registado com aviso de receção, salvo se outra forma tiver sido convencionada no presente contrato, para os seguintes endereços:

Comodante:

Att.:

Morada:

Email:



Comodatária:

Att.: Anabela de Sousa
Morada: Largo António Aleixo, n.º 3, R/c, 2675 – 227
Odivelas
Email: refood.odivelas@gmail.com

2 – Os endereços acima referidos manter-se-ão em vigor até um novo endereço ser comunicado à outra parte. Qualquer modificação aos endereços indicados no presente contrato, deverá ser imediatamente comunicada à outra parte pela forma prescrita no número um da presente cláusula.

3 – Qualquer notificação ou comunicação feita nos termos do presente contrato será considerada efetuada:

a) Por carta registada com aviso de receção, na data de assinatura deste último (ou no terceiro dia útil posterior ao envio, caso o aviso de receção não seja assinado);

b) Por email, na data indicada, respetivamente, no respetivo relatório de transmissão ininterrupta ou no recibo de leitura do email.

4 – Qualquer alteração dos destinatários e/ou endereços supra referidos deverá ser notificada às contrapartes nos termos da presente Cláusula, com a antecedência mínima de dez (10) dias úteis sobre a data em que deverá produzir efeitos.

Cláusula 10ª

Em tudo o que o presente contrato for omissivo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, ___ de _____ de 2017.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.
Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

(Hugo Martins)

P'la Comodatária,

(_____)"

(Aprovado por maioria)

“DIA MUNDIAL DA CRIANÇA 2017”

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE INICIATIVA

Proposta de realização da iniciativa “Dia Mundial da Criança 2017”, dirigida às crianças e famílias residentes no concelho de Odivelas. Iniciativa a decorrer no dia 3 de junho de 2017, no Parque de Estacionamento N.º 3 do Pavilhão Multiusos de Odivelas, com início às 10 h, com pausa para almoço das 13h às 15h e término das atividades às 19h. Contará com as seguintes atividades e equipamentos: insufláveis, parede de escalada, tenda com pinturas faciais e modeladores de balões, pista com bicicletas, comboio de transporte legalizado para circular na via pública em “circuito aberto”, atuações de teatro infantil (manhã e tarde) e zonas de restauração. Iniciativa com um custo total estimado de €15 000 (quinze mil euros), + IVA à taxa legal em vigor (23%), perfazendo um total de €18 450 (dezoito mil e quatrocentos e cinquenta euros), de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2017/5027, de 2017.05.09.

(Aprovado por unanimidade)

PÓLO EMPRESARIAL DO SUL

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PÓLO EMPRESARIAL DO SUL

Delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial do Sul. A Delimitação da Unidade de Execução do Polo Empresarial do Sul, decorre dos objetivos definidos no Plano Diretor Municipal de Odivelas, nomeadamente na UOPG-12-Área Empresarial de Famões, e respetivo Esquema Diretor, preconizando concretizar uma solução integradora que desenvolva esta parte do território do concelho, atendendo aos seguintes objetivos:

Promover o desenvolvimento de uma zona de atividades económicas qualificadas, no concelho;

Potenciar o desenvolvimento urbano desta área como remate do conjunto empresarial já existente nesta zona e assegurar a transição de uma zona predominantemente urbana com a envolvente de características predominantes rurais, como a Quinta dos Cedros e a várzea da Paiã;

Melhorar as Infraestruturas de mobilidade através da requalificação da Estrada da Paiã, como via distribuidora Principal da rede local, potenciando a aptidão para a



circulação pedonal e de transportes públicos e mobilidade suave;

A requalificação desta área como elemento potenciador da melhoria das condições de circulação das atividades económicas confinantes, através da redefinição da rede viária e melhoria da segurança;

Criar novas acessibilidades de ligação com a zona urbana existente e ligação a norte, de modo a facilitar as ligações de atravessamento de toda a área de atividades económicas;

Melhorar a rede rodoviária incrementando a ligação da rede municipal à rede de IC's.

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstas no artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), de acordo com o proposto na Informação n.º 021/DPUPE/FL/2017, de 2017.05.05.

(Aprovado por maioria)

**PÓLO EMPRESARIAL DO SUL
TERMOS DE REFERÊNCIA E
INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.**

Termos de Referência da Unidade de Execução do Pólo Empresarial do Sul e o início do Período do Discussão Pública por um prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na Informação n.º 021/DPUPE/FL/2017, de 2017.05.05.

“1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (U.E.) na zona da Paiã integrando o Casal do Cochicho, na união das freguesias de Pontinha e Famões, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta está integrada na área da UOPG-12 – Área Empresarial de Famões, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015, a coberto do Aviso N.º 10014/2015.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção da Unidade de Execução do Pólo Empresarial do Sul (adiante designada por UE 12.09 – Pólo Empresarial do Sul) corresponde a parte da subUOPG 12.09, na zona Sul da UOPG 12 – Área Empresarial de Famões, conforme esquema diretor desenvolvido.

Esta Área de Intervenção situa-se na denominada zona do Casal do Cochicho, adjacente à estrada da Paiã (EM 576) abrangendo uma área de aproximadamente 25ha (vinte e cinco hectares), da subUOPG 12.09.

A Unidade de Execução abrange a parte norte dos terrenos da Escola Prática de Agricultura de D. Dinis do prédio n.º 55 e o Casal do Cochicho do prédio n.º 2, ambos da Secção NN1 do Cadastro Rústico e apresenta as seguintes confrontações:

- A Este (nascente) – os prédios n.º 29 e n.º 30 (Terras do Miranda) e o Prédio n.º 27 (Quinta da Moita) ambos da Secção M
- A Sudeste (Sul e nascente) – o prédio n.º 3 da Secção NN1 (Courela Casal dos Campos);
- A sul – a Estrada da Paiã (incluída na UE) do prédio n.º 55 da secção NN1;
- A ponte – os prédios n.º 19 (Qt.ª. Da Paiã) e n.º 39 (Quinta da Cabaça), ambos da Secção J.

Esta área é caracterizada por um relevo de encosta com exposição predominante a sul e desenvolve-se desde o ponto mais baixo à cota 34 na estrada da Paiã, até ao ponto mais elevado de cota 101 na cumeeira do monte. Entre as cotas 40 e 60 apresenta um declive mais suave de aproximadamente 8%, acentuando-se até aos 15% nas cotas mais elevadas.

A nível de condicionantes, em relação às Servidões Administrativas e de Utilidade Pública ocorrem:

Em diferentes localizações

Domínio Público Hídrico / Linha de Água

A ponte

Rede de Infraestruturas de saneamento – Emissário de Famões.

Em toda a área da unidade

Servidão Aeronáutica



Entre as Faixas nas cotas 170, 220 (abrange o quadrante SE da UOPG)
Zonamento – zona 7

Existe ainda uma área afeta à Reserva Agrícola Nacional (RAN) com cerca de 2,4ha, ao longo da margem direita da ribeira de Famões até à estrada da Paiã.

Contém espaços integrados nos ecossistemas ‘Zonas Declivosas – Áreas com risco de erosão’ e ‘Zonas Declivosas – Escarpas e outras áreas de elevada suscetibilidade geológica’ da Reserva Ecológica Nacional (REN) ao longo das margens da ribeira de Famões até à estrada da Paiã.

Contém espaços integrados nos ecossistemas ‘Zonas ameaçadas pelas cheias’, mas as áreas urbanas já edificadas já foram excluídas e identificadas com o n.º C72 conforme consta da planta da REN.

(...)

4. OBJETIVOS DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Programa da UE – Pólo Empresarial do Sul propõe a execução de operações urbanísticas, com objetivos programáticos específicos, como matriz de suporte ao desenho urbano proposto, a saber:

- Promover o desenvolvimento de uma zona de atividades económicas qualificadas, no concelho;
- Potenciar o desenvolvimento urbano desta área como remate do conjunto empresarial já existente nesta zona e assegurar a transição de uma zona predominantemente urbana com a envolvente de características predominantes rurais, como a Quinta dos Cedros e a várzea da Paiã;
- Melhorar as infraestruturas de mobilidade através da requalificação da Estrada da Paiã, como via distribuidora Principal da rede local, potenciando a aptidão para a circulação pedonal e de transportes públicos e mobilidade suave.
- A requalificação desta área como elemento potenciador da melhoria das condições de circulação das atividades económicas confinantes, através da redefinição da rede viária e melhoria da segurança.
- Criar novas acessibilidades de ligação com a zona urbana já existente e ligação a norte, de modo a facilitar as ligações de atravessamento de toda a área de atividades económicas.
- Melhorar a rede rodoviária incrementando a ligação da rede municipal à rede de IC's. (...) (*Unidade de Execução, Termos Referência, Pólo Empresarial do Sul, Maio 2017, DGOU-DPUPE-SPDM*)

(Aprovado por maioria)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal à Paróquia de S. Pedro de Caneças, no dia 27 de maio de 2017, para deslocação a Fátima, no âmbito da realização de uma peregrinação por ocasião do XIII Encontro Nacional de Arautos do Evangelho, com um custo estimado em €216.06 (duzentos e dezasseis euros e seis cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4584, de 2017.04.26.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas, no dia 4 de junho de 2017, para deslocação à Ajuda e a Monsanto, no âmbito de uma visita ao Palácio e de uma caminhada em Monsanto, de acordo com o proposto no edoc/2017/25803.

(Aprovado por unanimidade)

5.ª PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS

Aceitação de patrocínios e apoios institucionais, abaixo mencionados, no âmbito da 5.ª Edição do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, nos termos constantes na informação n.º 001/DPUPE/DG/MC/17, de acordo com o proposto na informação n.º 023/DPUPE/FL/2017, de 2017.05.09:

Patrocínios

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas: valor pecuniário de 5.000€;

Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A. (Strada Shopping & Fashion Outlet): valor pecuniário de 5.000€;

REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.: valor pecuniário de 3.000€;

CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.: valor pecuniário de 2.500€.



Apoios Institucionais

Ordem dos Arquitetos - Secção Regional Sul: através da divulgação e participação no júri (com custo associados).

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

ESQUEMA DIRETOR DA UOPG-14-ZONA DOS PEDERNAIS

Esquema Diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG-14, Zona dos Pedernais, identificada no artigo n.º 66 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Odivelas (RPDMO), de acordo com o proposto na informação n.º 020/DPUPE/FL/2017, de 04-05-2017.05.04.

(Aprovado por maioria)

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO FERREIRA DE CIMA, TERMOS DE REFERÊNCIA E INÍCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Delimitação da Unidade de Execução Ferreira de Cima, Respetivos Termos de Referência e início do Período de Discussão Pública, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147 e do n.º 4 do artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o proposto na informação n.º 020/DPUPE/FL/2017, de 2017.05.04.

“(…) 1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) – Ferreira de Cima, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE proposta integra a área da UOPG 14 – Zona dos Pedernais, do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A área de intervenção da UE Ferreira de Cima corresponde à SubUOPG 14.07 da UOPG 14 – Zona dos Pedernais, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

Esta UE situa-se na União das Freguesias de Ramada e Caneças, na zona poente do território de Ramada, tendo uma área desocupada de aproximadamente de 3ha e apresenta as seguintes confrontações:

- A Norte, com um bairro de cariz residencial (Rua Aurélio Paz dos Reis);
- A Nascente, com os Pedernais, área urbana consolidada;
- A Sul e Poente, com áreas predominantemente residenciais de urbanização recente, respetivamente a Rua do Sol Poente e a Rua Amália Rodrigues, estando esta última ainda em fase de construção.

Ao nível das condicionantes, esta área está sujeita à Servidão Aeronáutica na faixa entre as cotas 220 e 245, no sentido sudoeste/nordeste. Está abrangida também por um perímetro de salvaguarda do imóvel inventariado com Grau 2 - Arqueossítio Courela do Forno.

3. Antecedentes

A área de intervenção desta UE abrange uma área desocupada, localizada no limite poente de uma área urbana consolidada cuja ocupação tem vindo a ser concretizada desde a década de 70 até muito recentemente. A área adjacente é composta por um tecido urbano descontínuo cujo traçado viário é sobretudo caracterizado por várias situações de impasses, fomentando a desarticulação entre as diferentes áreas.

A norte existe um empreendimento que data do início da primeira década deste século, cujo desenho urbano potenciou a desarticulação urbana com esta área, dada a existência de uma linha de água que se atravessa entre elas, mas também pela diferença de cotas entre as duas áreas.

A poente existe um espaço livre, cujos usos do solo do PDMO indicam a sua vocação para criação de bolsas de espaços verdes de utilização ao nível municipal, fazendo parte da Área de Interesse Público 05.

Esta Unidade engloba as áreas correspondentes às parcelas A e B. A Parcela B foi já alvo de processo de operação de loteamento, com o número 10704/LO, tendo sido aprovado em Reunião de Câmara no dia 27 de Julho de 2001.

Considerando a recente publicação do PDMO, que vem dotar o município de um instrumento de planeamento estratégico, adaptado às atuais dinâmicas territoriais, intervir em áreas como esta constitui uma oportunidade de promover a coesão territorial.

4. Objetivos da Unidade de Execução

O território da SubUOPG 14.07 com cerca de 3ha apresenta um grande potencial para desenvolvimento de



espaços de uso residencial a sul, na medida em que reúne condições para promover a articulação entre toda a área urbana envolvente, fazendo face às atuais situações de impasse, promovendo assim a coesão territorial.

O desenvolvimento desta área tem um potencial dinamizador de sinergias entre os territórios que, apesar de contíguos, atualmente não têm ligação física (viária) entre si, pelo que é reconhecida a importância de uma intervenção nesta área, no sentido de permitir o desenvolvimento económico e urbano do município e que representará um amplo processo de regeneração urbana.

A SubUOPG 14.07 abrange uma área para a qual se prevê o desenvolvimento de espaços de uso residencial a sul, existindo a noroeste uma área livre para a qual se pretende a extensão do parque urbano localizado a poente (AIP 05 na SubUOPG 14.04), tirando partido da linha de água junto do limite norte desta área.

Com o desenvolvimento desta SubUOPG pretende-se o remate da malha urbana a nascente, constituindo assim uma alternativa às atuais situações de impasse, potenciando a articulação de toda a área envolvente.

Esta SubUOPG tem como objetivos programáticos:

- Definir um programa urbanístico qualificador para uma área, constituindo uma oportunidade de qualificação e valorização do território monofuncional de Famões;
- Criar uma oferta de espaços destinados à habitação, com vista a dinamizar a vivência do novo espaço urbano;
- Fomentar a articulação com as áreas urbanas adjacentes, potenciando a continuidade da rede viária existente;
- Articular com as áreas de equipamentos e espaços verdes coletivos de toda a área dos Pedernais a poente deste território;

Em síntese, a área objeto da UE será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

(...)

6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta UE consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a

espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As unidades de execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a UE Ferreira de Cima, corresponde ao polígono definido para SubUOPG 14.07, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO define um programa urbanístico específico. Assim, esta UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas requeridas para esta área.

Para efeitos de delimitação da UE foram ainda considerados os limites do cadastro geométrico decorrentes do levantamento topográfico e constantes nos elementos cartográficos, em anexo.

No quadro seguinte identificam-se as áreas das parcelas incluídas na UE. Foram consideradas as áreas descritas nas fichas cadastrais de cada parcela, existindo discordâncias entre os valores das fichas e os valores médios em Autocad, conforme referido no Desenho 01 - Unidade de Execução Ferreira de Cima: Planta de Cadastro e Usos do Solo. (...) (Unidade de Execução, Ferreira de Cima, Termos de Referência, Maio 2017, DGOU-SPUPE-SPDM)

(Aprovado por maioria)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 12/89
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO CAROCHIA LOTE 13
PROCESSO N.º 31433/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 12/89, inserido no Bairro da Carochia, para o lote 13, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Maria Alice dos Santos Pinto Alcobia. O pedido tem como objetivo a alteração aos parâmetros fixados para o lote 13, com vista à legalização da edificação pré-existente no mesmo. Pretende-se um aumento na área de implantação e de construção, e uma redução na área em cave. No quadro urbanimétrico foi anulada a área prevista para garagem 30m² e substituída por “estacionamento integrado na construção principal”, nas condições constantes na informação técnica n.º 14/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.04.20, que consta do processo com o n.º



31433/OM, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 916 do processo, de 2017.05.08.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 484
ALVARÁ Nº 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 484, da Rua Teófilo Braga, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10961, de 2017.04.18, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A, no valor de €5.329,18 (cinco mil, trezentos e vinte e nove euros e dezoito cêntimos), em nome de Vítor Soares Martinho, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 36.2017, de 2017.04.27, e nos termos da informação técnica n.º 59/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.04.26.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL, POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 456
ALVARÁ Nº 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 456, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 456, no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10286 de 2017.04.11, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €5.007,19 (cinco mil e sete euros e dezanove cêntimos), em nome de Maria José Rodrigues Ferreira da Silva Beja Bernardo, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 37.2017, de 2017.04.28, e nos termos da informação técnica n.º 60/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.04.27.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 22/PRES/2017

Assunto: Designação do Técnico Superior João Guilherme Rodrigues Borges Neves - Coordenador do Setor de Turismo da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas

Considerando que:

1. O n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabelece que *“Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do presidente da câmara municipal e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico ...”*.

2. Na Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Odivelas, publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5, de 27 de março de 2015, define-se, no artigo 19.º que, entre outras, constituem atribuições da **Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas**:

a) Assegurar uma gestão dinâmica, responsável e flexível dos equipamentos que se encontram sob a sua responsabilidade, nomeadamente o Posto de Turismo;

b) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;

c) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas, bem como participar nos órgãos das regiões de turismo;

d) Assegurar a realização das atividades de iniciativa municipal, ou a que o Município se obrigue num quadro de cooperação institucional, visando a promoção do turismo designadamente como atividade económica e como prestação de serviços aos cidadãos;

e) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores turísticos, hoteleiros e outros que se distingam



pelo espírito de serviço, de iniciativa e de inovação em prol do turismo e prática da qualidade que prestigie o Município;

f) Promover a divulgação do património cultural e paisagem de interesse patrimonial na perspetiva turística;

g) Editar publicações de divulgação e promoção do Município;

h) Promover, em geral, atividades de interesse turístico.

3. Consta do Despacho n.º 13/PRES/2015, de 30 de março de 2015, a subunidade orgânica denominada “**Setor de Turismo**”, criada no âmbito da **Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas**, cujas funções comportam uma grande componente operacional.

Nestes termos, ao abrigo da competência prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atento o seu vasto currículo profissional e académico, designo o Técnico Superior, **João Guilherme Rodrigues Borges Neves**, do Mapa de Pessoal do Município de Loures e colocado no Município de Odivelas em regime de mobilidade, como **Coordenador do Setor de Turismo**.

O presente Despacho produz efeitos a partir desta data.

Odivelas, 11 de maio de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 01/VCMB/2017

Assunto: Atribuição de louvor ao funcionário – Dr. Paulo Bernardo e Sousa

Louvor

Considerando a cessação de funções nos serviços do Município de Odivelas, entendo ser meu dever manifestar público reconhecimento ao Sr. Dr. Paulo Bernardo e Sousa, pelo assinalável mérito e qualidade de trabalho assente nas mais diversas competências e saberes e ainda pelo empenho profissional, zelo, isenção, ética, rigor, lealdade, disponibilidade e dedicação no exercício das funções, que prestou nos diversos serviços onde desempenhou funções desde o início da instalação dos serviços do Município de Odivelas, da qual foi um dos pioneiros.

Por todos estes motivos, que me apraz salientar, considero a sua acção merecedora de público louvor.

Odivelas, 22 de Maio de 2017

O Vereador,

Carlos Maio Bodião

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 03/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** na Técnica Superior, Arq.^a **Rita de Sousa Ribeiro Diogo**, durante o período compreendido entre os dias 22 de maio a 7 de junho de 2017, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da



correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 16 de maio de 2017

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 4/DGOU/2017

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** no Técnico Superior, Arq.º **David Álvares Monteiro Gil**, durante o período compreendido entre os dias 22 a 26 de maio de 2017, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes**.

Odivelas, 18 de maio de 2017

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 3 a 28 de abril de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4708, 2017.05.02:

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA – 03/04/2017 a 28/04/2017

Assunto: Remoção de um veículo Opel Combo, s/ matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 32/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.04.03
Data da remoção: 2017.04.03

Assunto: Remoção de um veículo Ford Connect, s/ matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 33/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.04.03
Data da remoção: 2017.04.03

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Boxer, com a matrícula 63-71-LL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 34/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.24
Data da remoção: 2017.04.04

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 76-55-EQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 71/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.29
Data da remoção: 2017.04.05

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Uno, com a matrícula 58-69-AH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 72/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.29
Data da remoção: 2017.04.06

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, com a matrícula 09-24-OJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 73/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.29
Data da remoção: 2017.04.06

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Primera, com a matrícula 03-29-IE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 23/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.29
Data da remoção: 2017.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Volvo, com a matrícula 98-65-AU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 22/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.29
Data da remoção: 2017.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 31-47-EL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 32/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.03.30
Data da remoção: 2017.04.07

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 309, com a matrícula XR-13-48, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou



Indevidamente na Via Pública (Processo nº 35/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.03.29

Data da remoção: 2017.04.10

Assunto: Remoção de um veículo BMW, com a matrícula OQ-85-34, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 36/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.03.29

Data da remoção: 2017.04.10

Assunto: Remoção de um veículo Opel Omega, com a matrícula 36-59-MC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 37/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.03.29

Data da remoção: 2017.04.10

Assunto: Remoção de um veículo Honda Civic, com a matrícula 35-29-FA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 38/VIAT/RA/CA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.06

Data da remoção: 2017.04.11

Assunto: Remoção de um veículo Audi A3, com a matrícula sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 35/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.11

Data da remoção: 2017.04.11

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 34/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.11

Data da remoção: 2017.04.11

Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula XS-24-20, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 33/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.06

Data da remoção: 2017.04.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 51-43-JO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 36/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.11

Data da remoção: 2017.04.12

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 06-41-AQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 37/VIAT/PO/FA/17).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.06

Data da remoção: 2017.04.12

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 32-31-EP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 38/VIAT/PO/FA/17).

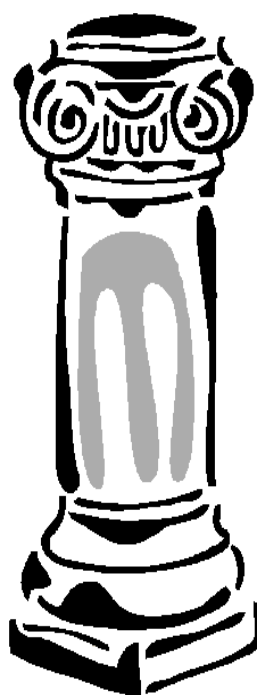
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2017.04.06

Data da remoção: 2017.04.12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 18 de maio de 2017

DELIBERAÇÕES

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE MANUEL JOÃO BORGES CARDOSO

Nasceu em 30 de Março de 1930 na freguesia de Carva, Concelho de Murça e faleceu dia 2 de Maio de 2017 em Odivelas.

Militante do PPD/PSD desde 6 de Maio de 1975.

Entre 1976 e 1979 desenvolveu o seu trabalho político e autárquico em Mirandela, tendo sido membro da Comissão Política Concelhia e candidato à Assembleia Municipal de Mirandela.

Delegado sindical do Sindicato dos Bancários do Norte em Mirandela entre 1976/79, Coordenador Presidente dos socioprofissionais do Distrito de Bragança de 1976/79 e Presidente da Secção Regional do Sindicato dos Bancários do Norte em Mirandela entre 1976/79.

Das inúmeras funções que assumiu em Loures e Odivelas destacamos as seguintes:

Candidato à Câmara Municipal de Loures em 1979;

Membro da Assembleia de Freguesia de Odivelas entre 1979/83;

Vice-Presidente da Comissão Política da Secção de Odivelas entre 1980/82;

Membro da Comissão Política Permanente da Distrital em 1981;

Presidente da Comissão Política da Secção de Odivelas entre 1982/83 e 1983/84;

Vereador da Câmara Municipal de Loures em 1982/85 (em substituição);

Cabeça de Lista da AD para a Assembleia de Freguesia de Odivelas em 1982;

Presidente da Mesa da Assembleia de Militantes da Secção de Odivelas entre 1984/85 e 1986/87;

Candidato à Assembleia da República e Deputado no ano de 1984 (em substituição);

Membro da Assembleia Municipal de Loures entre 1987/93;

Cabeça de Lista para a Assembleia de Freguesia de Famões em 1989.

Pelo seu trabalho em prol da democracia e da causa pública a Assembleia Municipal de Odivelas reunida dia 19 de Maio de 2017 delibera aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento.

(Documento apresentado pela bancada do PSD – Aprovado por Unanimidade)

Enviar:

- À Família

- Órgãos autárquicos onde desempenhou cargos

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 22 de maio de 2017

(Aprovado por unanimidade)

REVISÃO ORÇAMENTAL 2017

1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2017 7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Presente para deliberação a 7.ª Modificação Orçamental, 1.ª Revisão Orçamental de 2017, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/4151, de 2017.04.13, arquivada na pasta da presente sessão, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017*, página 7), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.



“PREÂMBULO

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL decorre da necessidade de incorporar no Orçamento de 2017 em sede de tesouraria, o saldo apurado da gerência do exercício de 2016, no montante de 6.658.027,87 Euros, conforme documentos de Prestação de Contas deliberados pelo Executivo Municipal.

A inscrição do saldo de gerência implicou um aumento do valor global do Orçamento inicial, para 92.933.265,00 Euros (noventa e dois milhões, novecentos e trinta e três mil e duzentos e sessenta e cinco euros).

No âmbito da presente Revisão Orçamental, importa destacar o reforço dos seguintes projetos/ações:

- 781.716,00 euros, relativo ao empréstimo “IRHU- Programa Reabilitar para Arrendar”, de forma a viabilizar a eventualidade de amortização total do mesmo, durante o corrente ano;

- 226.000,00 euros, para o projeto Intervenções Diversas - Escolas Básicas 1.º Ciclo / Jardins de infância - Beneficiação e Reparação de Espaços Urbanos;

- Equipamentos Escolares - 260.000,00 euros;

- Iluminação Pública - 665.000,00 euros;

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se um aumento das despesas de capital em 4.721.585,59 Euros, bem como das despesas correntes, em 603.090,41 Euros.

Ao nível da receita, registou-se um aumento das outras receitas no valor de 6.658.027,87 Euros, por contrapartida da diminuição das receitas de correntes, em 1.333.351,87 Euros.

Com a presente Modificação Orçamental incorpora-se o saldo da conta de gerência de 2016, sem colocar em causa o necessário equilíbrio orçamental e, em simultâneo, reforçam-se alguns dos projetos/ações que são essenciais para a atividade municipal.

Odivelas, 13 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Hugo Martins)

Orçamento de 2017 Resumo do Orçamento – 1.ª Revisão

Receitas						Despesas						
	Inicial	Atual	Varição	Após 1.ª Revisão	Varição		Inicial	Atual	Varição	Após 1.ª Revisão	Varição	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)		(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)	
				Valores	Perc.					Valores	Perc.	
Correntes	67.414.614,00	67.414.614,00	0,00	66.081.262,13	-1.333.351,87	-2,0%	62.162.311,21	60.724.770,56	-1.437.540,65	61.327.860,97	603.090,41	1,0%
Capital	20.188.825,00	20.188.825,00	0,00	20.188.825,00	0,00	0,0%	25.446.277,79	26.863.818,44	1.437.540,65	31.605.404,03	4.721.585,59	14,9%
Outras	5.150,00	5.150,00	0,00	6.663.177,87	6.658.027,87	99,9%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a
TOTAL	87.608.589,00	87.608.589,00	0,00	92.933.265,00	5.324.676,00	5,73%	87.608.589,00	87.608.589,00	0,00	92.933.265,00	5.324.676,00	5,73%

(...)" (Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017, 7.ª Modificação Orçamental 1.ª Revisão Orçamental)

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDE

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – NOVAS PEÇAS

Proposta de Aquisição de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas, Novas peças do procedimento (Programa de Concurso – Caderno de Encargos), no âmbito do Concurso Público Internacional para Aquisição de Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas. Procedeu-se à alteração do ponto 2.3 do artigo 11.º (fórmula de cálculo do subfator preço), acrescentou-se ao artigo 11.º mais um ponto, o n.º 5, onde é

mencionada a taxa em que se considera o valor anormalmente baixo de modo a salvaguardar a qualidade do serviço a prestar, acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/3987, de 2017.04.07, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017, (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(anteriores deliberações, referentes ao Concurso Público Internacional para Aquisição de Prestação de Serviços de Manutenção de Diversos Espaços Verdes no Concelho de Odivelas, aprovadas na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 8 de fevereiro de 2017 e na 4.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 2 de março de 2017 - publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4/2017 e n.º 5/2017, respetivamente)

(Aprovado por maioria)



DESVINCULAÇÃO

DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DE ASSOCIADO DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO OESTE – OESTE SUSTENTÁVEL RATIFICAÇÃO

Proposta de ratificação do procedimento de desvinculação do Município de Odivelas enquanto associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Oeste Sustentável, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11926, de 2016.11.30, aprovada na 25.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 28 de dezembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 2017*, página 10), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)

- 2.240,00€/mês + IVA - 26.880,00€/ano + IVA - 80.640,00€/tríénio + IVA - valor da prestação de serviço;

- 2.688,00€/ano + IVA - 8.064,00€/tríénio + IVA - valor para bolsa de horas;

- 29.568,00€/ano + IVA - 88.704,00€/tríénio + IVA - valor global de aumento de despesa.

O preço base deste procedimento, no que ao Município de Odivelas diz respeito, será de 1.587.000,00€ (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

(anteriores deliberações, referentes ao Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades, aprovadas na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 25 de janeiro de 2017 e na 3.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 16 de fevereiro de 2017 - publicadas no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3/2017 e n.º 4/2017, respetivamente)

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AUMENTO DE DESPESA

Proposta de aumento de despesa relativamente ao Procedimento por Concurso Público para Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração direta e indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017*, página 8), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/3795, de 2017.04.03.

Aumento da despesa nos seguintes termos:

Valor mensal referente à Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - 37.760,00€/mês (inicialmente estimado) para 40.000,00€/mês (previsão para adjudicação) - 480.000,00€/ano - 1.440.000,00€/tríénio;

Valor para bolsa de horas em instalações municipais referente a 10% do valor contratual estimado 45.312,00€/ano (inicialmente estimado) para 48.000,00€/ano (previsão de adjudicação) - 147.000,00€/tríénio;

Valor global relativo ao aumento de despesa, distribuído da seguinte forma:

“DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO”

INSTITUIÇÃO DO “DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO”

Proposta para Instituição do dia 28 de maio como o “Dia Municipal do Bombeiro”, e assinalar anualmente a efeméride, com a realização de cerimónias e iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas aos munícipes. A instituição do “Dia Municipal do Bombeiro” tem como objetivo homenagear o trabalho dos homens e mulheres que diariamente sob o lema “Vida Por Vida” se empenham na proteção e defesa do concelho, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4074, de 2017.04.10, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017*, página 10), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas

(Aprovado por unanimidade)



RETIRADA DE PONTO

RETIRAR PONTO DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO APROVAÇÃO DE ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas propôs a retirada do Ponto 6, aprovação das atas da assembleia municipal n.ºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, e 22, respeitantes ao ano de 2016, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, para que seja possível corrigir a lista de presenças.

(Aprovado por unanimidade)